

Desafios da Educação Profissional: por um trabalho pedagógico no Ensino Médio Integrado

Challenges in Professional Education: for a pedagogical work in Integrated High Schools

● Mariglei Severo Maraschin ¹

RESUMO

Como uma das formas de oferta da Educação Profissional, tem-se o Ensino Médio Integrado, sendo esta uma das funções dos Institutos Federais. Reconhece-se, neste sentido, a importância de olhar para essa etapa de formação com o objetivo de ver avanços e ir além. Assim, o objetivo deste texto é tecer uma avaliação dos últimos anos da trajetória da Educação Profissional no Brasil e destacar desafios para o Ensino Médio Integrado, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Acredita-se que é chegada a hora de investir fortemente em um trabalho pedagógico, trabalho este que envolve pessoas para o objetivo do Ensino Médio Integrado: integração e criticidade. O artigo destacará os avanços da Educação Profissional, os desafios e o caminho que se quer chegar. A partir da pesquisa bibliográfica, busca-se trazer problematizações para a melhoria do Ensino Médio Integrado, em especial olhando para os dados do Rio Grande do Sul, a partir de um trabalho pedagógico crítico e integrado. Muitos são os desafios, mas acredita-se na efetivação de uma política de formação integrada como opção para a melhoria do Ensino Médio.

Palavras-chave: Educação Profissional. Ensino Médio. Trabalho Pedagógico.

ABSTRACT

Integrated high schools are one of the modalities of Professional Education, which is one of the attributions of Federal Institutes. Therefore, we recognize the importance of turning our attention to Integrated High School in order to see progress and go beyond. Thus, this study aims at carrying out an assessment of recent years in the trajectory of Professional Education in Brazil and highlight challenges for Integrated High Schools, including Youth and Adult Education (EJA). It is our belief that it is time to heavily invest in educational work, which involves people for the purpose of the Integrated High Schools: integration and criticality. This study will highlight the advances, challenges and objectives intended to achieve in Professional Education. The literature research aims at pointing out problematizations for improving the Integrated High School, in particular focusing on data of Rio Grande do Sul state, from a critical and integrated pedagogical work. There are many challenges, but, we firmly believe in the effectiveness of an integrated educational policy as an option for improving high school education.

Keywords: Professional Education. High School. Pedagogical Work.

¹ (mariglei@ctism.ufsm.br) - Colégio Técnico Industrial de Santa Maria /UFSM

1. Introdução

Reconhecer os avanços para ir além.
Miguel G. Arroyo (2013, p. 123)

Parte-se desta frase de Arroyo (2013) para tecer, neste texto, uma avaliação dos últimos anos da trajetória da Educação Profissional no Brasil e destacar desafios para uma de suas formas de oferta – o Ensino Médio Integrado – EMI à Educação Profissional.

Nos últimos anos, os grandes avanços na Educação Profissional, em termos de expansão física, de profissionais e de inclusão de sujeitos nos cursos faz repensar a trajetória desenvolvida até o momento e olhar para frente. Adianta-se que é no plano pedagógico que se acredita estar o maior desafio. Ainda nessa conjuntura, opta-se por olhar para a realidade do Ensino Médio Integrado, pois este deve ser a principal função dos Institutos Federais – IFs, oferecendo no mínimo 50% de suas matrículas.

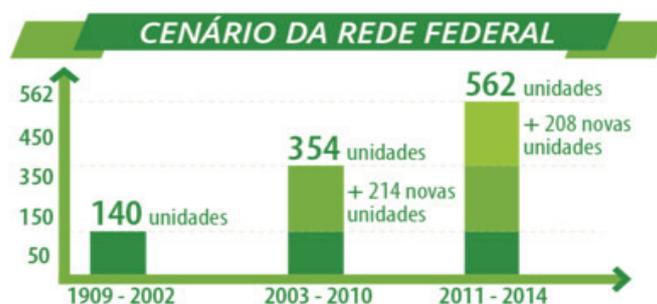
O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional volta a ser realidade nas instituições da Rede Federal em 2004, com a revogação do Decreto 2208/1997 e a promulgação do Decreto 5154/2004. Nessa trajetória, soma-se a criação dos IFs pela Lei 11741/2008 e os Decretos 5478/2005 e 5840/2006 que instituem o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Sendo assim, diante da expansão dos câmpus dos IFs e da legislação que coloca o EMI como principal missão da Rede Federal, busca-se responder a três questões que orientarão esta escrita: onde estamos? quais os desafios? e para onde queremos ir? A partir da pesquisa bibliográfica realizada em legislações e referências da Educação Profissional, destacar-se-á o caminho percorrido desde a volta da oferta do EMI, os desafios da implantação do EMI e a busca por um trabalho pedagógico integrado e crítico.

2. O caminho percorrido

Antes de elucidar os desafios do EMI, busca-se historicizar a trajetória percorrida de 2004 a 2015, procurando perceber onde estamos. Muitas instituições possuem experiência com a oferta do Ensino Médio e o Ensino Profissional. Após 2004, muitas retomam a oferta do EMI e, de 2005 em diante, inicia-se a oferta na modalidade EJA. O fato é que já se passaram sete anos da criação dos IFs e uma década do retorno da integração do Ensino Médio com a Educação Profissional. Dessa forma, questiona-se: quais foram os avanços? Sabe-se que os câmpus dos IFs vêm crescendo a cada ano, totalizando, em 2014, 562 unidades. Um crescimento de 400% em uma década.

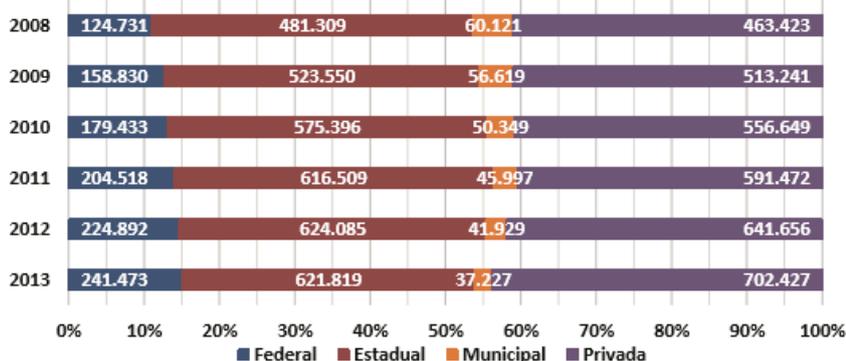
Gráfico 1: Crescimento da Rede Federal 2003-2014



Fonte: Mec - <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

O Ensino Profissional de nível médio, segundo os dados do Censo de Educação/INEP, no período 2008-2013, no Brasil, teve um crescimento de 41,9%, sendo que na região sul o crescimento foi de 20,8% e no RS 5,2%. Segundo outra análise, de 2008-2013, houve uma variação negativa de -3,8% de matrículas na região sul e o RS contribuindo com 2,3% de diminuição de matrículas. Considerando ainda a dependência administrativa, como ilustra o gráfico a seguir, “entre 2008 e 2013, a rede privada e as redes estaduais eram as maiores responsáveis por essas matrículas: em 2013, representavam, respectivamente, 44,8% e 38,3% das matrículas, ao passo que a rede federal respondia por 15,1% e as redes municipais por apenas 2,3% das matrículas” (BRASIL/INEP, 2015, p. 193).

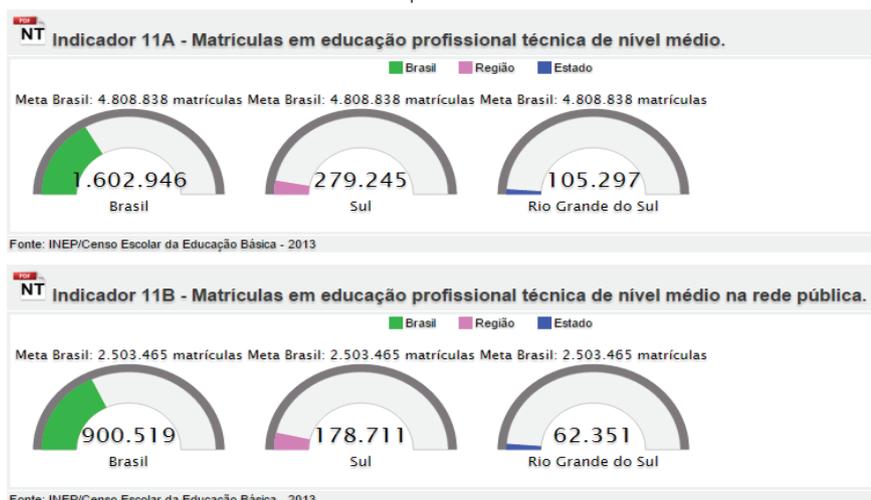
Gráfico 2: Distribuição das matrículas em EPT de nível médio, por dependência administrativa – Brasil



Fonte: Censo da Educação Básica/Inep. Elaboração: Dired/Inep (BRASIL/INEP, 2015, p. 193)

Com todos os investimentos e a presença de três Institutos Federais e duas escolas vinculadas no RS¹, ainda se observa um decréscimo nas matrículas no RS. De acordo com a meta 11 do PNE 2014-2024, é necessário triplicar as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Ver Tabela 1 que indica número total de matrículas na EPT de nível médio e matrículas na Rede Pública no Brasil, região sul e Rio Grande do Sul.

Tabela 1: Matrículas em Educação Profissional técnica de nível médio e matrículas em EPT de nível médio na rede pública



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação básica 2013

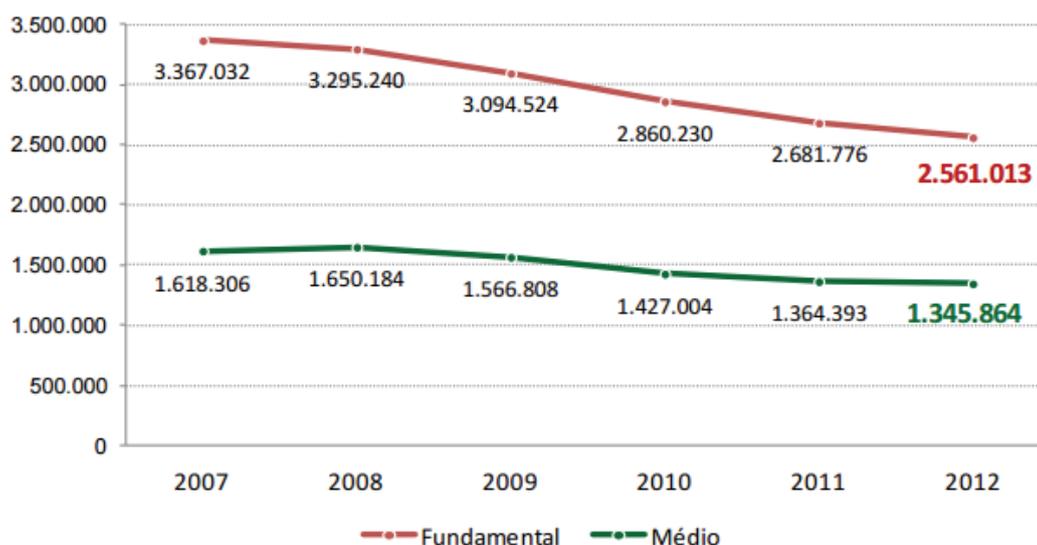
1 Instituto Federal Sul-rio-grandense, Instituto Federal Rio Grande do Sul e Instituto Federal Farroupilha. E escolas vinculadas à Universidade Federal de Santa Maria – Colégio Politécnico e Colégio Técnico Industrial de Santa Maria.

Acredita-se na oferta do EMI por ser esta “a que apresenta melhores resultados pedagógicos” (BRASIL, 2007, p.4) e que envolve jovens e/ou adultos na construção da escolaridade e formação profissional. Dessa forma, quando a articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional foi gestada no Ministério da Educação, tinha-se a seguinte orientação:

a política de ensino médio foi orientada pela construção de um projeto que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia (BRASIL, 2007A, p.6)

Também como uma forma de EMI, tem-se a oferta na modalidade EJA. O PROEJA é ofertado por várias instituições, o que deveria ser por todas², e tem a função de assumir-se como “uma política de inclusão social e emancipatória (BRASIL, 2007B, p. 5). Em relação à EJA, os dados mostram que tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio as matrículas vêm decrescendo como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 3: Número de matrículas de EJA³ por etapa de ensino Brasil – 2007-2012



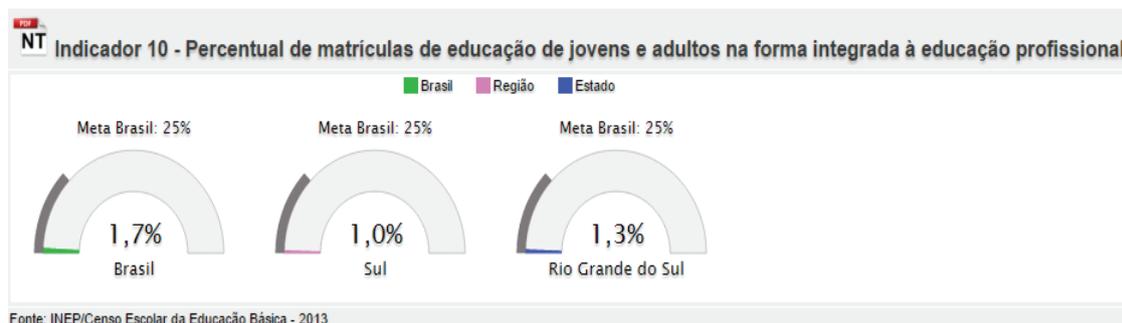
Fonte: MEC/INEP/DEED – Senso da Educação 2012

Para reverter esses índices, o Plano Nacional da Educação – Lei Nº 13.005/2014, em sua meta 10, prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional”. Buscando-se dados para ilustrar a meta 10 do PNE, observa-se que o Brasil, a região sul e o Rio Grande do Sul estão longe de cumprir essa meta como ilustra a tabela a seguir:

2 Segundo o Decreto 5840/2006, toda instituição federal deve ofertar, no mínimo, 10% do total de vagas da instituição no PROEJA a partir de 2007.

3 Inclui matrículas de Educação de Jovens e Adultos nas modalidades presencial e semipresencial; Educação de jovens e adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e EJA integrado à educação profissional de nível fundamental e médio.

Tabela 2: Matrículas em Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e adultos no Brasil, região Sul e Rio Grande do Sul



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação básica 2013

Nesse panorama, percebe-se, por um lado, grandes investimentos e metas audaciosas do PNE e, por outro, dados que clamam por melhorias. Dessa forma, fica o questionamento de por que optar pelo EMI, quem será beneficiado e como de fato construir um currículo efetivamente integrado.

3. Desafios do Ensino Médio Integrado

Apesar dos avanços na ordem física e humana da Rede Federal, a questão que permanece é por que assumir a oferta pelo Ensino Médio Integrado em decorrência do Ensino Médio e do ensino concomitante ou subsequente. Três motivos serão destacados nesta seção como forma de desafios políticos para a construção de um projeto nacional de EMI. A seguir, três respostas ao por que optar pelo EMI:

a. Para oferecer um novo sentido ao Ensino Médio: vivencia-se uma crise do Ensino Médio, com inúmeras discussões e propostas. Por que não proporcionar visibilidade e investimentos no EMI?

b. Para aproveitar a fase da vida em que os sujeitos se encontram: tanto no EMI como no PROEJA, o ensino integrado traz benefícios. Para os estudantes que estão em idade regular para cursar o EM, é uma rica fase de amadurecimento dos jovens para a escolha a seguir de continuar os estudos ou colocar-se no mundo do trabalho. E o PROEJA é uma alternativa para os jovens e adultos que estão ou precisam inserir-se no mundo do trabalho. Na adolescência, ou na fase adulta, elevar escolaridade com formação profissional é uma excelente alternativa.

c. Por ser a oportunidade de diálogo das áreas e de construir um profissional mais engajado: com a formação integrada, abre-se o caminho para a interação entre as áreas e forma-se um excelente espaço para a construção do diálogo entre os sujeitos, os saberes e a formação profissional. Tem-se a chance de, por meio dessa formação, contribuir para a construção de um profissional que conhece a técnica e compreende o mundo.

Observa-se, então, que esses três motivos são desafios enormes, mas que, ligados à qualidade da estrutura física e à alta formação dos profissionais que compõe a realidade da Rede Federal, são ações viáveis. A outra questão levantada é quem será beneficiado com a oferta do EMI? Quatro pontos serão apresentados:

a. O professor, pelo tempo de acompanhamento do estudante e a vivência da formação: o que mais se ouve dos professores é a falta de tempo para acompanhar o desenvolvimento do estudante. Com o planejamento de uma formação integrada, essa trajetória pode ser pensada, vivenciada e avaliada, podendo ser constantemente reformulada;

b. O estudante, pela oportunidade de construir uma formação aliando teoria e prática: ao vivenciar uma formação que tem o trabalho como princípio educativo e a teoria e prática como eixos, o estudante estará mais preparado para compreender o mundo e compreender-se nesse processo. Através da vivência da pesquisa, de práticas e de experiências no mundo do trabalho, o estudante sentir-se-á mais atuante e questionador e buscará a criatividade e a inovação;

c. O ensino superior X o mundo do trabalho: uma das grandes queixas do ensino superior e do mundo do trabalho é a falta de base dos profissionais. O estudante que vivencia uma formação técnica integrada à formação básica chegará ao ensino superior e/ou mundo do trabalho melhor preparado em termos de vivências e experiências de trabalho e conhecimentos;

d. A instituição – que poderá planejar itinerários formativos e consolidar-se nas áreas de formação profissional: uma instituição que se consolida na oferta do EMI pode organizar-se em itinerários formativos, desenvolvendo, além do ensino, a pesquisa e a extensão na área e materializando a função de contribuir para o crescimento da região em que atua. Além disso, pode planejar cursos em outros níveis, oportunizando formações complementares ao profissional que vive a formação técnica.

Esses são desafios que envolvem os atores e as instituições, o que está instituído e o que vem se instituindo e que, de fato, colaboram para a construção do currículo integrado que não é feito de papéis e legislações, mas de pessoas que fazem e vivem o dia a dia da instituição e da sociedade. Então, a questão que permanece e que é o grande desafio pedagógico é a de como construir um currículo efetivamente integrado. Elencam-se, a seguir, algumas necessidades e desafios para buscar o currículo integrado:

a. Vontade política: este é o primeiro ponto – gestores e professores necessitam acreditar na proposta do currículo integrado e buscar os meios para sua materialização, sempre entendendo que a efetivação é um processo que demanda tempo: para dialogar, para amadurecer, para consolidar-se;

b. Diálogo: criar espaços para diálogos é fundamental, pois afinal como se pode integrar se não se conhece, se não se divide, se não trabalha junto;

c. Trabalho em equipes: o currículo integrado não se faz com um professor, uma disciplina e uma turma. Uma formação integrada organiza-se por várias mãos, com diferentes áreas, com abertura ao novo, com os diferentes profissionais que compõem a instituição. E, principalmente, com a participação dos estudantes;

d. Consolidação dos eixos do EMI: necessita-se perguntar o que significa a integração no Ensino Médio. Busca-se no Documento Base do EMI (2007A, p. 40-41) o significado:

Expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

O documento elenca como eixos do EMI a formação humana integral, o trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio educativo e a relação parte-totalidade na proposta curricular. Assim, questiona-se: como se valer desses eixos na produção do currículo? Não se vê outra forma a não ser estudando conjuntamente o que eles significam e como podem ser realidade nas práticas pedagógicas.

e. Sendo um laboratório de pesquisa educacional: o currículo integrado, por mais que já tenha uma década de sua implantação, necessita consolidar-se com diferentes estudos e, por que não, utilizar-se da estrutura humana para desenvolvimento de pesquisas e proposição de práticas e estudos dos institutos federais e escolas federais.

De posse de todos esses desafios, acredita-se e se aposta na formação integrada e destaca-se que o principal desafio é a construção coletiva, pois sem esta não se pode efetivar a formação integrada à educação profissional:

O primeiro fundamento para a construção do projeto político-pedagógico de qualquer escola é a sua construção coletiva. O projeto político-pedagógico só existe de fato – não como um texto formal, ou uma “peça de ficção”, mas com expressão viva de concepções, princípios, finalidades, objetivos e normas que unificam a comunidade escolar – se ele de fato pertencer a esse grupo; se o grupo se identificar com ele; se reconhecer nele. Para isso, todos devem ser autores desse projeto e sujeitos de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2007A, p. 53)

Portanto, diante de tantos desafios e analisando que se tem muito a evoluir para uma oferta efetivamente integrada, permite-se passar a um ponto além – para onde de fato se quer ir? Aposta-se em uma política de Ensino Médio Integrado como uma alternativa ao Brasil?

4. Trabalho Pedagógico integrado e crítico

É por acreditar que é possível construir sim uma política de integração do Ensino Médio com a Educação Profissional, tanto no Ensino Médio em idade certa como na EJA, que se passa nesta seção a defender o trabalho pedagógico integrado e crítico como caminho para a efetivação do currículo integrado e como alternativa para a formação no Ensino Médio e na EJA. Nesse caminho, a formação integrada é uma opção política que reestrutura a ação e as concepções de escola e de Educação Profissional.

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. (PACHECO, 2012, p.58)

Assim, para construir essa formação integrada que exige um novo pensamento da instituição e dos professores é necessário um trabalho pedagógico que permita ações, relações e transformações (MARASCHIN, 2015). Que trabalho seria esse então?

Por trabalho pedagógico entende-se “as relações e processos que se estabelecem entre os sujeitos da escola (professores e alunos) e o conhecimento aprendido por estes durante a sua vida escolar” (FRIZZO et al, 2013, p. 554). E por defendê-lo em uma concepção integrada e crítica é que se vislumbra como “um trabalho coletivo que se efetiva na práxis das políticas, na realidade, e que gera ações, relações e transformações nas instituições e, por consequência, promove transformações nos sujeitos” (MARASCHIN, 2015, p. 284).

Ao apostar em um trabalho pedagógico integrado e crítico, sabe-se que este trabalho não se caracteriza como um trabalho pedagógico a serviço da escola capitalista em que o objetivo principal

é inserir a força de trabalho no “mercado de trabalho”. A empregabilidade é o princípio e o disciplinamento, o método. Com isso, os sujeitos do trabalho pedagógico se transformam em objetos, e a produção do conhecimento escolar em produção da mercadoria força de trabalho (FRIZZO Et al, 2013).

É possível afirmar que, em relação ao trabalho pedagógico e escolar sua finalidade básica é o disciplinamento para a vida social e produtiva subordinando os sujeitos à esfera de produção, no qual o professorado se insere por si mesmo, tornando-se preparação para a “verdadeira” vida, ou seja, o trabalho capitalista fora da escola, ao passo que, comparativamente, a escolarização é dispendiosa, improdutiva ou, quando muito, reprodutiva (idem, p. 559).

O trabalho pedagógico na escola capitalista caracteriza-se como o que Vieira Pinto (2010) chamou de conceito ingênuo de educação, descrito no 2º e 3º tema do livro “Sete Lições sobre Educação de Adultos”, qualificado pela Pedagogia convencional, oficial, alienada, definida pelos conhecimentos que são transmitidos do professor ao estudante. Compreende os componentes curriculares, o currículo do curso, os conteúdos mais adequados para cada fase da vida do estudante, sendo escolhidos aqueles que colaboram para a formação da criança, do adolescente, do universitário.

Entretanto, reconhecendo que se deve diferenciar trabalho pedagógico para a escola capitalista ou trabalho pedagógico ingênuo de trabalho pedagógico crítico (MARASCHIN, 2015), entende-se este último como “a totalidade das condições objetivas que pertencem ao ato educacional: o professor, o estudante, ambos com todas as suas condições sociais e pessoais, as instalações da escola, os livros e materiais didáticos, as condições locais da instituição. É algo dinâmico e histórico” (idem, p. 183).

O conceito crítico do conteúdo envolve a totalidade do processo educativo, a qual está sempre presente em cada ato pedagógico (em uma lição por exemplo). Não está constituído somente por “aquilo que” se ensina, mas igualmente por aquilo “que” ensina, “aquilo que” é ensinado, com todo o complexo de suas condições pessoais, pelas circunstâncias reais dentro das quais se desenvolve o processo educacional. Unicamente nos graus mais elementares, a “matéria” do ensino se apresenta com qualidade de fixação e de limitação, ainda que relativa. Ao passar a planos mais elevados do saber, o ensino se torna cada vez mais objeto da compreensão pessoal do professor, do autor de livros de texto, do legislador etc (VIEIRA PINTO, 2010, p. 46).

A concepção crítica de trabalho pedagógico integrado precisa ser aquela que se adapta às condições dos estudantes, às suas imediatas possibilidades de ascensão cultural. Carece ser, no mesmo sentido, a melhor possível para os sujeitos que participam, no sentido de ser a mais adequada para fazê-los subir de sua condição presente para outra melhor, imediata e concretamente possível. “A forma da educação tem que ser aquela que permita a grandes camadas da população passarem à etapa imediatamente seguinte em seu processo de desenvolvimento” (VIEIRA PINTO, 2010, p. 48).

Realizar a opção pela concepção crítica da educação no trabalho pedagógico significa compreender a prática educativa escolar como sendo uma prática política e técnica (FRIGOTTO, 2010). Ela não se situa no mesmo nível da prática fundamental das relações sociais de produção, que condicionam o modo de existência dos seres humanos, nem da prática ideológica e política que sob esta base se estrutura, influencia e modifica. Situa-se não nos “muros” da escola, mas nas relações sociais de produção da existência. A dimensão política do trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora se concretiza à medida que se busca viabilizar uma escola que se organiza para o acesso efetivo ao saber pelo trabalhador que lhe é negado e expropriado pela classe dominante (idem).

O ponto de partida e de chegada, portanto, da ação educativa que busca viabilizar os interesses hegemônicos da classe trabalhadora é político. Enquanto ponto de partida, a determinação da direção da prática educativa escolar que articula os interesses da classe trabalhadora, reforça e amplia a sua luta hegemônica (FRIGOTTO, 2010, p. 207).

Entende-se, portanto, que o trabalho pedagógico na concepção integrada e crítica tem como ponto de partida e chegada os interesses da classe trabalhadora, e o que perpassa e articula a prática escolar é o trabalho humano. Esse é o ponto de partida do conhecimento e a categoria básica do processo de conscientização (FRIGOTTO, 2010). Por isso, é preciso compreender os sentidos que o trabalho tem, esclarecendo aos sujeitos professores e estudantes os caminhos, as concepções e as contradições dos processos de trabalho na sociedade.

Sendo assim, fica evidente por que é chegada a hora de “ir além”, é chegada a hora de priorizar o pedagógico e disputá-lo nas instituições e na formação integrada.

Com isso é fundamental disputar uma gestão para o trabalho pedagógico do PROEJA [e no EMI], disputar as reuniões pedagógicas para o PROEJA [e no EMI], disputar um tempo necessário à construção de um trabalho pedagógico crítico. A partir dessas convicções e evidências conclui-se que as políticas e o trabalho pedagógico se configuram em um contexto de dialética das disputas em que os sentidos das categorias trabalho e tecnologia confluem para um sentido libertador e emancipador (CRÍTICO) ou para um sentido alienado (INGÊNUO). O trabalho pedagógico crítico é o que oferece sentido as políticas de EJA e de EP e se evidencia em reuniões pedagógicas que organizam a práxis das políticas e fortalecem as ações dos sujeitos (formação, pesquisa, construção de espaço próprio ao curso, material pedagógico e efetivação do currículo integrado). Desse modo há a necessidade de ultrapassar as disputas e construir a dialética das disputas, não mais deixando na superficialidade o trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora, mas de fato efetivando e transformando seres humanos e instituições junto e com a classe trabalhadora (MARASCHIN, 2015, p. 292).

Portanto, compreender o processo histórico da Educação Profissional, perceber as oportunidades e colocar-se a serviço da classe trabalhadora é fundamental e, principalmente, fazer do dia a dia uma luta pelo espaço do trabalho pedagógico crítico, que só é feito de forma integrada com todos que acreditam e buscam entender as diferenças e as conexões entre as ações e as relações das práticas e dos conhecimentos.

5. Metodologia

O texto foi construído a partir do estudo bibliográfico, com referenciais que versam sobre a Educação Profissional, buscando-se realizar uma avaliação dos últimos anos da trajetória da Educação Profissional no Brasil e destacar desafios para uma de suas formas de oferta – o Ensino Médio Integrado – EMI à Educação Profissional.

Partiu-se das legislações e referenciais e buscaram-se dados da realidade para compor o cenário da Educação Profissional na última década. Na sequência, buscou-se construir uma argumentação sobre os desafios da oferta do Ensino Médio Integrado e, por último, apresentou-se uma possibilidade de trabalho pedagógico na Educação Profissional a partir das ideias da tese de Maraschin (2015).

Os dados e os referenciais foram organizados a partir da experiência e vivência da pesquisadora.

6. Considerações Finais

De posse dos avanços na expansão da Educação Profissional na última década e da legislação que coloca o Ensino Médio e a EJA integrada à Educação Profissional como principais funções da Rede Federal e inclusive com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012, as Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução Nº 2 de 30 de janeiro de 2012 e as Metas do PNE 2014-2024, é necessário avançar nas discussões do plano legal e construir debates que coloquem no centro o trabalho pedagógico. Trabalho este que se investe de inúmeros desafios, mas que precisa de investimentos.

Trabalhar para a continuidade de uma política de formação integrada, inclusive para o fortalecimento do Ensino Médio, é fundamental para resgatar o sentido de formação integrada, formação humana e formação contextualizada. Retomar a discussão destacada neste texto de por que ofertar o EMI, de quem será beneficiado com a oferta e como construir um currículo efetivamente integrado é importante no sentido para além de uma conquista de mais educação, que se conquiste “reivindicantes da educação” (VIEIRA PINTO, 2010). Para ilustrar como é possível integrar-se à comunidade na reivindicação de educação e construção da história da Educação Profissional, demonstrando um exemplo de trabalho integrado encerra-se com a música de uma escola de samba de carnaval de Porto Alegre que, em 2016, retoma sua participação na construção da história e conquista de um *campus* do Instituto Federal:

“DÊ UM SONHO À CONQUISTA POR MAIS EDUCAÇÃO,
SÃO 5 CINCO ANOS DE HISTÓRIAS, INSTITUTO FEDERAL VAI BRILHAR NO
CARNAVAL”

Unidos no mesmo ideal
Um grito de alerta por toda cidade
A comunidade não cansa de sonhar
E o futuro meu Deus como será...
Cultura, igualdade
Liberdade no direito de ir e vir.
Mil loucuras me fizeram chorar
Mil loucuras que me fazem...sorrir!
Embarque nesse LIVRO de magia
Um mundo com mais EDUCAÇÃO
Segura...a sua emoção!
NO SWING A MINHA ESCOLA VEM SAMBAR
MAFIOSA JÁ TE CONVIDOU
O MEU PAVÃO É QUEM PROTEGE O PAVILHÃO
PREPARE... O SEU CORAÇÃO
Sábios Educadores
Seu DOM é ARTE de ensinar...
Quem quer aprender...o meu B-A BA!
Pro sonho se realizar
Parabéns são 5 anos de história
A fundação guardada na memória
De VERDE, AMARELO e VERMELHO!

Faz brilhar meu carnaval
Aplausos pra UNIÃO DA TINGA
Escola do povo, orgulho da massa!
Ao INSTITUTO FEDERAL o meu respeito
Minha ciência por você é comprovada
QUANDO A SIRENE TOCAR MEU CANTO VAI ECOAR
LEVANTA POVO A UNIÃO CHEGOU
POR UM FUTURO MELHOR EDUCAÇÃO É SABER
A ZONA SUL FOI QUEM MANDOU DIZER

São cinco, dez, cem anos de história na Educação Profissional. É preciso retomar essa história posicionando-se em que lado quer-se estar: do lado do povo trabalhador, oportunizando uma formação de qualidade ou do lado do “mercado” de trabalho para disciplinar e alienar. Que se possa cada vez mais ir além, contribuindo para efetivação de um projeto de formação integrada como opção para jovens e adultos na rede pública de ensino.

Referências

- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 set. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 mar. 2015.
- _____. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 jan. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- _____. Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 10 out. 2010.
- _____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- _____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- _____. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- _____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- _____. **Documento Base PROEJA Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2007A.
- _____. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional da Educação – PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília: INEP, 2015.

_____. **Documento Base Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília: MEC, 2007B.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst et al. A relação trabalho-educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista. **Revista Educação**. Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 553-564, set-dez, 2013.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Dialética das Disputas**: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora? Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: propostas de Diretrizes Curriculares. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. São Paulo: Cortez. 2010.